

Por uma teoria complexa do racismo e das sociedades racialmente estruturadas: cultura, raça e poder segundo Stuart Hall*

Miguel Mellino

Antropólogo, professor da Universidade L'Orientale de Napoli - Itália

Tradução de Fabiola Ballarati Chechetto



* Esse artigo é uma adaptação da introdução desenvolvida para a publicação *Stuart Hall: cultura, razza e politica*, ombre corte, Prima edizione: giugno, 2015, organizada pelo autor.

O racismo nunca é um elemento acessório, que aparece por acaso durante uma pesquisa sobre os dados culturais de um grupo. A constelação social e o contexto cultural são profundamente modificados pela sua presença.

Frantz Fanon, *Racismo e cultura*, p. 49

O presente artigo tem como objetivo repensar junto com Hall os conceitos de raça, racismo e antirracismo no atual contexto pós-colonial europeu, a partir da abordagem dos estudos culturais. É uma escolha induzida por uma urgência política do presente: em uma Europa cada vez mais sob as garras da depressão econômica, o discurso e a violência racistas estão se configurando como uma das respostas políticas mais poderosas para enfrentar e administrar a crise. Basta olhar não apenas para o "racismo popular", cada vez mais agressivo que atravessa as sociedades europeias, e para o crescente consenso no território, em nível continental, de partidos e coalizões abertamente xenófobos - da Frente Nacional de Marine Le Pen à Aurora Dourada na Grécia, de Jobbik na Hungria ao Partido do Povo na Dinamarca, do UKIP na Grã-Bretanha à Liga Norte na Itália - mas também o racismo institucional e democrático, que vem cada vez mais atravessando uma boa parte dos partidos da esquerda liberal ou socialdemocrata (e das suas ONGs de referência), bem como as políticas de controle migratório promovidas pela UE.

Mas se a crise desencadeou uma nova politização do racismo, as práticas teóricas e políticas antirracistas, mesmo as mais radicais, parecem atravessar um momento de "impasse" na Europa. E isso para além das importantes e recorrentes manifestações de resistência expressas nos últimos anos, pelos vários subúrbios da Europa (Paris, Londres, Estocolmo, Castel Volturno), bem como as lutas dos migrantes e de muitos movimentos sociais europeus. No entanto, em suas expressões dominantes, o antirracismo europeu continua a se apresentar mais sob um aspecto "ético" do que "político". O que queremos dizer é que boa parte das lutas antirracistas aparecem mais centradas em um princípio de solidariedade com grupos e sujeitos "racializados" do que em sólidos pressupostos teórico-epistemológicos orientados a uma transformação radical das condições materiais atuais. Trata-se de uma insuficiência muito paradoxal: enquanto o racismo se mostra cada vez mais como um dispositivo no centro dos processos de hierarquização da cidadania



constitutiva do neoliberalismo, o antirracismo, muitas vezes acaba aparecendo como um elemento simplesmente "acessório" (FANON, 1956, p. 49) ou "externo", por assim dizer, a uma agenda política que vem se constituindo a partir de outros temas e lutas específicas. Como se sabe, as "contranarrativas" da crise nos impelem a "reimaginar" a Europa - a (d)escrever a sua crise atual, e a pensar numa possível recomposição política - partindo das lutas contra a austeridade, contra a precariedade, contra a dívida, contra o bloqueio à liberdade de circulação dos migrantes, contra as fronteiras, contra a violência financeira, contra a mercantilização progressiva de todo "bem comum". É assim que o antirracismo não só chega sempre por último, mas muitas vezes está confinado em uma espécie de "subterrâneo" da luta política, em um espaço marginal e destinado a reconquistar alguma centralidade temporária, apenas em face à explosão cíclica de episódios (ou discursos) explícitos de recrudescimento racista. Todavia, grande parte das populações europeias (migrantes, pós-migrantes, segundas gerações, refugiados, europeus do sul, etc.) vive cotidiana e materialmente o racismo como um dos dispositivos *primários* de sua proletarização, inclusão diferencial ou mesmo exclusão; digamos de outro modo que, para uma parte substancial dos "europeus", ainda é bastante claro que na Europa a produção da "população" (FOUCAULT, 2005) dependeu historicamente *também* das diferentes "articulações" de um dispositivo "racializante" de governo.

Não é difícil intuir que essa atitude "acessória" é induzida por uma concepção de racismo como fenômeno "irracional" ou "residual", de alguma forma, alheio ou anacrônico, em relação às lógicas de comando dominantes (ou mais avançadas) do atual capital global. Trata-se, portanto, de uma abordagem muito problemática, pois é completamente "interna" ao que pode ser chamado de ordem do discurso neoliberal. Como sabemos, e como vários autores destacaram recentemente (ROEDIGER, 2010; GILROY, 2010; ALEXANDER, 2012), o discurso neoliberal reluta em considerar o racismo como um obstáculo significativo ao sucesso individual ou ao avanço coletivo. Ao contrário, a "razão pura neoliberal" frequentemente mobiliza raça e racismo para assinalar uma fronteira entre o passado e o presente, um fenômeno completamente negligenciável dentro de uma tecnologia de governo que agora é "*colour-race-blind*" e simplesmente marcada pela mobilização concorrencial, gerencial e meritocrática das subjetividades sociais. Paradoxalmente, muitas das críticas radicais mais recentes à "racionalidade neoliberal" não consideram o racismo como uma de suas ferramentas centrais para a

hierarquização da cidadania e a "desdemocratização" (BROWN, 2003) da sociedade (ver DARDOT; LAVAL, 2009; FOUCAULT, 2005; HARVEY, 2005; BROWN, 2003).

Acreditamos que um antirracismo politicamente eficaz não possa operar dentro das mesmas regras daquilo que foi chamado de ordem discursiva "pós-racial" dominante, mesmo que seja difícil adjetivar o discurso neoliberal europeu atual por meio desse último termo: diferentemente dos Estados Unidos, na Europa (pelo menos na continental) nunca se assumiu seriamente o discurso da raça (da escravidão, do colonialismo, do racismo) como um fenômeno constitutivo, não só da própria história, mas do próprio inconsciente político-cultural. Em suma, um antirracismo "desracializado", por assim dizer, acaba não só por traír um inconsciente liberal (branco, eurocêntrico e colonial), mas sobretudo por entender de forma equivocada, os próprios termos de qualquer recomposição política na Europa hoje.

Que fique claro: mobilizar raça e racismo (como condição material *específica* da própria exploração) no centro dos movimentos de recomposição política, não significa, nunca significou, contribuir automaticamente para uma ulterior fragmentação da luta de classes e/ou dos interesses das classes subalternas: pelo contrário, como mostram numerosos exemplos históricos - das lutas anticoloniais às lutas indígenas e/ ou revolucionárias dos anos 1960 na América Latina, das lutas antiescravistas ao movimento Black Power, e uma boa parte das lutas atuais dos migrantes no mundo todo - ao assumirem as fraturas internas de raça como um elemento *central*, não só a heterogeneidade global do trabalho, mas também uma *redefinição* da própria categoria de "humano", funcionou, frequentemente, como um poderoso veículo de recomposição e portanto de inversão e superação, tanto da fragmentação de classes, quanto da hierarquização da cidadania. É o que nos lembram importantes autores da tradição radical negra, como Du Bois (2010), C.L.R James (1938) e Fanon (1952), apenas para citar alguns dentre os mais conhecidos. Em um de seus últimos trabalhos, por exemplo, Paul Gilroy afirma que "a ideia mesma de uma humanidade realmente universal é efetivamente impensável, se não forem consideradas seriamente as lutas históricas antirracistas, antiescravistas, anticoloniais e anti-imperiais das diferentes populações escuras do mundo" (GILROY, 2010, p. 57).

Por outro lado, onde as lutas das classes trabalhadoras tomaram como certa uma suposta homogeneidade abstrata (internacional) do trabalho, os movimentos de



recomposição, além de esconderem uma concepção "historicista", "aristocrática" e "colonial" da mesma composição de classe do processo produtivo global, ou não foram além da obtenção de algum privilégio "corporativo" (aquilo que Du Bois (2010) chamou de um "salário psicológico", ou seja, o acesso aos direitos progressivamente negados a outras frações de classe), ou eles foram simplesmente "anexados" aos interesses do capital nacional ou imperial dominante, de acordo com os diferentes períodos históricos (ver o caso da Grã-Bretanha antes e dos Estados Unidos depois). Assim, muitas vezes a subsunção acrítica do discurso da "raça" ao da "classe", nada fez além de reproduzir, por outros meios, não apenas uma metanarrativa colonial do que podemos chamar de "dimensão planetária da classe trabalhadora", mas também a mesma fragmentação hierárquica do trabalho, por meio da qual o comando capitalista tenta continuamente valorizar as diferenças entre as populações.

A obra de Stuart Hall é uma contribuição útil, tanto para a formulação de uma teoria mais adequada sobre o racismo, quanto para a superação dessa nova crise do antirracismo europeu. A maneira como Hall tenta enfocar aquilo que considera a *especificidade* dos estudos culturais, como prática teórica e política, parece-nos bastante significativa. Para Hall, essa especificidade reside, em primeiro lugar, no espírito incessante de investigação sobre as relações entre cultura e poder, que acompanhou o desenvolvimento dos estudos culturais desde o início. E identificar as relações entre cultura e poder como campo de ação, significa aqui, desvelar o lado "sujo" de todo processo de instituição/produção das subjetividades, isto é, romper com concepções meramente "idealistas" ou "estéticas" do campo da produção cultural, para concentrar a própria atenção no modo como os significados atuais que orientam a nossa compreensão do mundo social, aparecem inevitavelmente entrelaçados com a política, a economia, a constituição simbólica e material das classes e dos gêneros e, obviamente, com as políticas e as representações da raça. Daqui podemos deduzir um dos pressupostos teóricos mais importantes da abordagem de Hall ao racismo: os efeitos do "discurso" da raça, justamente em virtude de uma herança persistente da história colonial no presente da Europa, estão *dentro* da cultura (e da luta cultural) europeia contemporânea, e não fora dela. Por esse motivo, qualquer interpretação do racismo como "déficit" de cultura ou de conhecimento, ou como produto de uma atitude humana natural e universal (como mera xenofobia), só

alimentará (inconscientemente) a sua própria *produtividade* como um dispositivo de dominação.

Por outro lado, porém, a especificidade dos estudos culturais deve ser identificada, para Hall, por um segundo aspecto intrinsecamente ligado a esse pressuposto: o de "entrar no assunto" dos estudos culturais como expressão de uma crise *pós-colonial* da *inglesidade* (*Englishness*), ou melhor, da emergência da raça, tanto como dispositivo de subjugação, quanto como prática de subjetivação, *mesmo* dentro do próprio território britânico. Segundo Hall, o arquivo dos estudos culturais deveria ser lido como uma espécie de *sintoma* daquele processo de *desomogeneização* política, cultural e econômica ao qual o espaço metropolitano britânico *pós-imperial* ou *pós-colonial* foi submetido, com a chegada de fluxos migratórios consistentes, provenientes das colônias no pós-Segunda Guerra. Todavia, como lembra Simon Gikandi em *Maps of Englishness* (1996), um dos principais "legados" dos estudos culturais é ter compreendido que, o racismo metropolitano pós-colonial na Grã-Bretanha, não foi um simples efeito indireto da presença migratória na Ilha, mas certamente a própria implosão da ideia de Império (conferir JENSEN, 2014). O racismo aparece aqui *também* como um problema "cultural". É assim que Hall rastreia grande parte da especificidade dos estudos culturais, em um esforço de "codificação/decodificação", uma de suas expressões mais conhecidas (HALL, 1985), das lutas "raciais" daquele período; na tentativa de levar à representação, as modalidades de resistência das comunidades negra e asiática, e as políticas neocoloniais implementadas pelo Estado britânico pós-colonial, agora em seu próprio território. Além disso, esse foi também um processo que não apenas revelou posteriormente a *colonialidade* e o *branqueamento* (*whiteness*) do próprio conceito de *inglesidade* (*Englishness*), como a sua origem "externa" ao próprio território britânico e a sua emergência em territórios coloniais, por meio de um confronto violento entre o eu-imperial britânico e o seu outro-colonial (conferir GIKANDI, 1996). Assim, segundo Hall, é esse retorno-regresso do "discurso" colonial da raça e do dispositivo racista de governo, que no próprio ventre da fera, tem constituído uma das especificidades fundamentais do arquivo dos Estudos Culturais. Não há dúvida de que esta especificidade dos estudos culturais - assim como a do trabalho de Hall - pode representar um excelente recurso na rearticulação de uma prática teórica e política europeia antirracista, politicamente mais eficaz.



Um "marxismo complexo" para a compreensão de raça e racismo

Do que foi dito, pode-se deduzir que, para Hall, raça não significa simplesmente uma ideia ou um conceito abstrato, uma mera representação falsa, um estereótipo ou uma mistificação ideológica, mas sim uma "prática discursiva", um dispositivo global de comando, profundamente entrelaçado com a própria história da modernidade e do capitalismo colonial. É a partir desse pressuposto que ele nos convoca a interpelarmos a raça como "discurso": como um sistema moderno e colonial de enunciados e representações, com efeitos *materiais* e *simbólicos* contínuos e persistentes na relação entre os diferentes grupos sociais. Mesmo que as raças não existam, no sentido de que não há qualquer fundamento biológico, a raça, propriamente enquanto "discurso", e nas suas várias configurações *historicamente específicas*, acabou por *sobredeterminar* (para retomar aqui a mesma terminologia althusseriana de Hall) a própria constituição material das sociedades modernas e as suas tecnologias de governo. Foi assim que as primeiras pesquisas de Hall sobre o racismo, a partir do já conhecido *Policing the Crisis* (1978) em diante, foram dominadas pela tentativa de elaborar uma abordagem teórica deste fenômeno, adequada à sua complexidade; em outras palavras, pela busca de uma perspectiva capaz de superar as *simplificações* e os diferentes tipos de *reduccionismos* operantes na teoria social clássica (tanto em sua variante liberal-burguesa quanto na tradicional marxista), no momento de explicar o racismo moderno. Naqueles anos, Hall tentou *complicar* e *descentralizar* as análises clássicas do racismo, por meio do desenvolvimento daquilo que chamou na sua época de um "marxismo complexo" (HALL; JEFFERSON, 1976).

Raça, articulação e sociedade estruturada na dominação (1980) é certamente o texto mais emblemático desta fase na reflexão de Hall. O artigo, publicado originalmente em um texto promovido pela UNESCO, é bastante denso do ponto de vista teórico e extremamente sintomático no seu entendimento do racismo como fenômeno complexo. E não é por acaso que Hall dedica um de seus escritos mais ambiciosos do ponto de vista teórico, justamente à análise do racismo: é apenas mais uma prova da centralidade desse tema no desenvolvimento de sua obra. E, no entanto, o que torna "Raça e articulação" um dos textos mais importantes de Hall, não é apenas sua tentativa de desenvolver uma "teoria complexa do racismo": no geral, é uma de suas críticas mais sugestivas à

modernidade ocidental e aos seus critérios de autorrepresentação. Portanto, vale a pena dedicar atenção a esse texto.

A partir do título pode-se intuir que Hall lança aqui as bases de sua abordagem do racismo ao combinar, de maneira muito original, o marxismo de Althusser, o de Gramsci e a primeira releitura de suas obras proposta por Ernesto Laclau; e é possível acrescentar que, muito da sua originalidade reside justamente na incorporação da raça como um “inesperado” sujeito/objeto de pesquisa, dentro dessas perspectivas.

O artigo também é relevante por outro ponto de vista: não é difícil ver nas entrelinhas desse esforço teórico de Hall, uma reinterpretação de Gramsci e Althusser (e implicitamente de Marx e do marxismo), que será a base do chamado “post-marxismo”. E mesmo que o objetivo inicial de Hall seja reler Gramsci e Althusser para promover uma abordagem mais dinâmica da raça e do racismo, o efeito final é o de nos entregar (como de fato o pós-marxismo como um todo) uma teoria global daquilo que podemos chamar, de acordo com a terminologia althusseriana amplamente retomada nesse ensaio, de “formações sociais capitalistas modernas”. É nesse sentido que “Raça e articulação” surge como algo a mais do que um texto sobre racismo: é também uma tentativa de repensar, em uma base diferente da abordagem clássica do marxismo, a lógica mesma da expansão global do capital moderno, o seu encontro/confronto com as populações coloniais, a reconfiguração colonial dos seus dispositivos de subjugação, mas também as possíveis *formas* de resistência, recomposição e subjetivação. É possível dizer que nesse ensaio, a raça atua para Hall como “ponto nodal”, retomando aqui a conhecida expressão de Lacan¹, de sua concepção geral do “político” ou, melhor, daquilo que ele parece considerar a “política dos estudos culturais” como prática contra cultural e contra hegemônica.

A ideia de explorar as tensões *anti-historicistas*, hoje diríamos *anticoloniais* ou *pós-coloniais*, aparece aqui muito sugestiva, e atravessa tanto os *Cadernos* de Gramsci, quanto o marxismo pós-estruturalista de Althusser, para esboçar uma abordagem marxista *não-eurocêntrica* de raça e do racismo. É claro que forçando a perspectiva marxista a discutir raça e racismo de uma maneira completamente explícita - e não mais secundária ou lateral

¹ Como se sabe, essa noção é a base do agonismo radical de Laclau e Mouffe e o modo pelo qual os autores concebem a mudança política nas sociedades contemporâneas. Ver, por exemplo, Laclau e Mouffe (1985); Mouffe (2005). Para um estudo mais aprofundado da obra de Laclau, ver Smith (1998).

- Hall tenta desenvolver uma abordagem materialista para esses fenômenos, livre dos determinismos autorreferenciais e eurocêtricos da teoria radical europeia; por isso, sua escrita *também* pode ser interpretada como uma importante contribuição para a decolonização de um certo tipo de "marxismo". É claro que, de fato, em *Raça e articulação*, Hall tenta lidar, talvez pela primeira vez de modo frontal e sistemático, com os resquícios *históricos e eurocêtricos* de boa parte do que podemos chamar de marxismo "branco" europeu²: tanto através de uma reinterpretação do "nascimento" e "transição" mundial para o capitalismo, quanto através de suas críticas às concepções excessivamente "abstratas" e "homogeneizantes", por assim dizer, do proletariado (ou do sujeito antagônico) como classe do marxismo clássico. Desse ponto de vista, o trabalho de Hall se coloca como um elo perfeito de junção entre as críticas de Aimé Césaire (1956), Frantz Fanon (1961) e outros militantes/intelectuais negros e do ex-Terceiro Mundo, às políticas dos Partidos Comunistas Europeus e de uma grande parte da esquerda internacional durante as guerras de libertação anticoloniais, as reconsiderações históricas da relação *conflituosa* entre a modernidade e os sujeitos coloniais, como aquela proposta por C.L.R. James em *Os jacobinos negros* (mesmo que o trotskismo de C.L.R. James se mova em um plano discursivo diferente em relação ao de Césaire, Fanon e Hall) e algumas das análises "materialistas" pós-coloniais mais recentes, baseadas na crítica de uma suposta "lógica histórica unitária do capital global", como as de Dipesh Chakrabarty (2001), Partha Chatterjee (2004) e Aihwa Ong (2005).

Pode-se dizer que, um dos traços comuns dessa "abordagem materialista pós-colonial" reside não apenas em considerar o capital mais como uma "relação social" do

² A ideia de um "marxismo branco" em oposição a um "marxismo negro" foi proposta por Robert Young em *White Mythologies* (1990), a partir das premissas desenvolvidas por Cedric Robinson em seu conhecido *Black Marxism* (1983). Segundo Young, a branquitude e o eurocentrismo de grande parte do marxismo ocidental, sobretudo em seu modo de conceber a história e de explicá-la, mas também em sua "casual" renúncia a questionar seriamente as consequências teóricas dos problemas contemporâneos relativos à raça, gênero e as lutas anticoloniais "(YOUNG, 1990, p. 23). Contudo, não há dúvida que em Hall (e em Young) há uma simplificação bastante rígida, uma "redução da complexidade", para usar seus próprios termos, da maneira como o marxismo (inclusive europeu) historicamente tratou das questões, não tanto de raça (e neste sentido Hall pode ser totalmente justificado), mas de nacionalismo, anticolonialismo e anti-imperialismo. Para além dos limites "historicistas", por assim dizer, de grande parte do pensamento de Marx e do marxismo europeu, parece muito problemático reduzir o marxismo *per se* (e esse é o risco que se corre quando não se enuncia de modo direto, contra qual tipo de marxismo se refere), algo semelhante à versão esquemática, evolucionista e positivista divulgada pelo Instituto Marx-Engels de Moscou, durante a Guerra Fria. Para uma reproposição útil e recente da relação histórica e dinâmica do marxismo com a situação dos países não ocidentais, ver Anderson (2010).

que como uma "coisa", mas também em sua "ênfase" na "produção de subjetividade" como processo constitutivo da extração social de mais-valia, ou seja, da necessidade do capital ter que traduzir, mediar, negociar com uma multiplicidade de diferenças e de resistências para se tornar o que é (conferir MEZZADRA, 2011, 2014).

O primado do político: o racismo para além do economicismo e do culturalismo

Em linhas gerais, o objetivo de *Raça, articulação e sociedade estruturada na dominação* é a superação do que o autor considera as duas perspectivas analíticas *opostas* no estudo do racismo, definidas por ele respectivamente como: "abordagem econômica" e "abordagem sociológica". A abordagem econômica, típica dos vários marxismos ortodoxos, segundo Hall, tende a considerar raça e racismo como meras "superestruturas", como simples expressões (políticas, culturais e ideológicas) lineares na forma assumida pela estrutura das relações de produção. Geralmente, esse tipo de marxismo concebeu frequentemente os regimes de trabalho produzidos diretamente pela raça e pelo racismo - a escravidão e outras formas de trabalho forçado - como uma espécie de *anomalia* ou *exceção* (colonial) relacionada a um suposto modo de produção capitalista *moderno e intra-europeu*, ou seja, como sobrevivências arcaicas e residuais, no que diz respeito a uma suposta norma "pura" da lógica do capital, baseada no "trabalho livre" e no "trabalho abstrato". De acordo com Hall, essa abordagem se mostra deficiente e eurocêntrica, pelo menos por dois motivos. Em primeiro lugar, subsumindo a raça ao nível econômico, acabamos aqui, não apenas subestimando o poder da raça como discurso, mas, sobretudo, estabelecendo uma relação de correspondência (necessária) entre a estrutura econômica e discurso racista, completamente *abstrato e mecânico*; como se o discurso da raça fosse um produto *somente* econômico. Para Hall está claro que as divisões raciais sempre estiveram ligadas às estruturas econômicas, e, no entanto, não parece plausível "explicar" raça recorrendo *unicamente* à esfera econômica. O que falta compreender, porém, é de que maneira as estruturas econômicas e o discurso da raça são historicamente entrelaçados em cada formação social específica, segundo qual lógica, e tendo em mente sempre que, obviamente, não se pode "explicar o racismo, abstraído-o de outras relações sociais", mas que esse "nunca é inteiramente redutível a essas relações" (ver abaixo, p. 116). Sempre há um resquício *político* (uma indeterminação) que requer um maior esforço de compreensão. Em segundo lugar, essas abordagens, considerando



raça e racismo como fenômenos residuais, e de alguma maneira *alheios* a uma forma supostamente "ideal" da norma capitalista, nada fazem além de reproduzir em seus esquemas analíticos, um historicismo essencialmente colonial.

A abordagem sociológica, por outro lado, considera a raça como um aspecto essencialmente "social" ou "cultural" e, portanto, como um fenômeno "autônomo" e/ou "irreduzível" aos outros níveis da totalidade social. Hall aponta duas limitações importantes desse tipo de abordagem. Em primeiro lugar, de acordo com Hall, não está claro como é possível isolar raça (e o racismo) do resto do todo político e social e analisar suas lógicas conflitantes, como um fenômeno inteiramente independente. Raça e racismo devem ser lidos, para Hall, como fenômenos "imbricados", para retomar a conhecida expressão de Karl Polanyi, dentro de um campo social mais amplo. E é justamente na imbricação que reside sua *qualidade*, ou seja, sua *especificidade histórica* como fenômeno social: assim, a "tendência sociológica" corre o risco de promover uma abordagem mais "descritiva" do que "analítica" dos conflitos étnico-raciais. Em segundo lugar, a abordagem sociológica, ao enfatizar a autonomia da raça (como produto étnico-cultural) da esfera da economia, acaba subestimando uma das finalidades historicamente essenciais do dispositivo racista: a exploração material de alguns grupos sobre outros. Em síntese, portanto, a abordagem sociológica não consegue dar conta nem do surgimento da raça como um fator extra-econômico de dominação dentro de certas formas de sociedade, nem de sua lógica tipicamente social.

Para superar os limites de ambas as abordagens, Hall revê uma série de estudos que se tornaram "clássicos", sobre a relação histórica entre capitalismo, racismo e colonialismo: a partir das análises sociológicas da África do Sul de John Rex à teoria da dependência de André Gunder Frank, da obra de Foster-Carter à antropologia marxista das sociedades primitivas de Pierre Rey, Maurice Godelier e Claude Meillassoux.

As análises desses estudos serviram para Hall testar a reformulação da crítica de Althusser às simplificações determinísticas do marxismo europeu do pós-guerra, em suas versões mais positivistas. É assim que ele se apropria de alguns conceitos fundamentais de textos como *Ler o Capital* (1971) e *Por Marx* (1968) - como "articulação", "sobredeterminação", "modo de produção", "interpelação" - e alguns conceitos subjacentes à abordagem althusseriana como "formações sociais capitalistas" - "autonomia relativa das esferas", "totalidade complexa", "sociedade estruturada dominante" - para começar a

delinear sua abordagem *não-determinista* (livre de economicismos e sociologismos) no estudo das "sociedades racialmente estruturadas". E, no entanto, para levar o seu projeto adiante e, sobretudo, para superar os resíduos "ocidentais", "historicistas" e "estruturalistas" do próprio marxismo althusseriano, Hall nos propõe uma ulterior digressão: a passagem pela obra de Gramsci, seu conceito de "hegemonia" e a primeira reflexão de Laclau (ver principalmente 1977).

Digamos logo que a expressão "sociedades racialmente estruturadas" deve ser aqui entendida com base no que Althusser chamou de "formações sociais capitalistas", ou seja, como uma "totalidade complexa" em que cada uma das diferentes esferas sociais - econômica, política, social, ideológica, religiosa, etc. - deve ser concebida em uma relação de "autonomia relativa" com as demais. Hall, porém, não aceita completamente a ideia althusseriana de uma "determinação em última instância" do econômico sobre o restante das esferas sociais, pois, do seu ponto de vista, é uma concepção "unidirecional" que acaba por fazer da "totalidade social" de Althusser, justamente aquela "totalidade expressiva" hegeliana (coerente, estável, mecânica, unificada) à qual seu materialismo procurava se opor. Para sair do *mecanicismo-estruturalismo* althusseriano, Hall volta sua atenção a Gramsci, mas sobretudo ao gramscismo "pós-estruturalista" de Laclau, e será por meio de uma combinação muito particular do conceito althusseriano de "articulação" com o conceito gramsciano de "hegemonia", que tentará *re-introduzir* o "político" (a agência, a história, a instabilidade, a continência) em uma narrativa marxista há muito tempo distante (a seu ver) de qualquer concepção dinâmica ou complexa da relação estrutura/superestrutura.

A ênfase no momento de articulação-hegemonia significa aqui para Hall, o retorno da luta política (entre os diferentes grupos, classes e sujeitos dominantes e subalternos), como um princípio de sobredeterminação (abertura/fechamento) do social (do capital) e, portanto, o primado da conjuntura (do evento) sobre a estrutura, da indeterminação sobre o historicismo, da historicidade sobre a "filosofia da história" (sobre o Sujeito).

Então, por meio dessa releitura particular de Althusser e Gramsci (via Laclau) é que Hall tenta desenvolver uma espécie de "pós-marxismo", uma abordagem ainda materialista, mas baseada no que ele chamou de "multiplicidade de determinações", ou seja, uma conexão menos *automática e unidirecional* (ou de soma zero) entre a esfera

econômica e a esfera político/cultural/ideológico/religiosa. A primazia do político sublinha aqui, não uma simples relação de determinação recíproca entre as diferentes esferas sociais, mas o papel "ativo" da cultura e da ideologia na articulação das diferentes formações sociais. É justamente a partir deste pressuposto que começa a tomar forma o que talvez seja o enunciado central de *Raça e articulação*: nenhuma formação capitalista contém dentro de sua "estrutura econômica" uma determinada "arquitetura" político-ideológica-institucional já pronta e indispensável ao seu funcionamento. O econômico (o capital) deve sempre passar através do político, da luta, da mediação com aquilo que lhe resiste - para chegar à sua "articulação". E é preciso lembrar que o mesmo princípio de "indeterminação" se aplica à formação das classes sociais e das subjetividades: as classes trabalhadoras não têm uma autorrepresentação "garantida", retomando uma outra expressão conhecida de Hall, da sua posição objetiva na hierarquia das relações de produção. Para situá-la na linguagem *pós-althusseriana* de Hall, não há nenhuma relação de "correspondência necessária" entre classe e identidade de classe, não há classe (dada a heterogeneidade e a fragmentação como uma condição constitutiva da exploração capitalista) sem uma passagem pela articulação *política*.

É importante sublinhar que Hall, ao contrário de Althusser, nos propõe repensar o marxismo europeu a partir de uma consideração igualmente complexa, e nada historicista-estadual, das relações históricas *específicas* entre capitalismo e colonialismo. É a colônia e seu espaço "multiforme" (a sua combinação dos diferentes regimes de trabalho, de diferentes temporalidades histórico-culturais, resultante da expansão colonial do capital) construído na teoria social clássica como uma "exceção" que levaram Hall a questionar radicalmente o marxismo como "filosofia (europeia) da história", ou melhor, a concepção de um certo tipo de marxismo da forma e da história do capitalismo europeu moderno como "norma teleológica" do próprio desenvolvimento capitalista³. Esse é um pressuposto extremamente importante ao se considerar o processo de

³ Sobre esse ponto, porém, a apropriação por Hall em "raça e articulação" das críticas "althusserianas" de Laclau (1977) ao esquema tipicamente "dependentista" de A. Gunder Frank, necessitaria de um ulterior desenvolvimento. A histórica crítica de Laclau a Frank, como justamente relatada aqui por Hall, vertia sobre um ponto bastante preciso; para Laclau, só se poderia falar em capitalismo onde existissem "relações de produção" tipicamente capitalistas. Desse ponto de vista, para Laclau, ao contrário de Frank, não era possível definir nem a primeira economia colonial das Américas, nem o sistema de plantation como "inteiramente" capitalistas. Parece-nos um ponto muito controverso, pelo menos do tipo de perspectiva que Hall pretende assumir.

racialização através do qual a Europa gerenciou as migrações pós-coloniais em seu próprio território, da Segunda Guerra Mundial em diante.

Sociedades racialmente estruturadas: os pressupostos de uma teoria complexa

É a partir dessa reelaboração crítica da teoria marxista, à luz da exceção colonial, que Hall começa a enunciar em *Raça, articulação e sociedade estruturada na dominação*, os pressupostos de sua "teoria complexa". Parece-nos importante retornar em alguns de seus conceitos-chave à luz da atual gestão institucional da crise na Europa e da politização do discurso racista por parte das diversas direitas continentais. O propósito central da teoria de Hall é bastante claro: o racismo atua sobre os efeitos materiais reais produzidos pela *especificidade* do comando capitalista de acordo com os diferentes períodos históricos. Ao contrário de um certo preconceito, tanto liberal quanto marxista, Hall faz questão de enfatizar que o capitalismo não está de forma alguma em contradição com as modalidades de exploração tipicamente racistas ou raciais: essas formas de "coação extra-econômica", por assim dizer, podem ser (e foram) perfeitamente assimiladas pelas típicas relações de classe capitalistas. Como sabemos, e como Hall também nos lembra em seu ensaio, a escravidão "racial" da plantation não foi absolutamente um resquício anacrônico de épocas passadas, mas uma criatura exclusiva do sistema capitalista, em sua fase de formação-expansão.

Por isso, insiste Hall, o racismo não pode ser tratado como um simples "preconceito" ou "falha cultural", como um "déficit de modernidade"; não pode, portanto, ser sanado com "a inoculação de uma dose maciça de liberalismo".

Se esse pressuposto for aceito, outro lugar-comum de uma boa parte do antirracismo atual cai por terra: a eficácia do discurso racista não depende simplesmente de sua habilidade em evocar demônios ou bodes expiatórios nos momentos de crise, embora, como mostra a história, o racismo frequentemente emergja como um poderoso dispositivo "hegemônico" de reagregação/exclusão, justamente nessas contingências. E, no entanto, não seria tão poderoso se não houvesse um "habitus" cultural - sedimentado nas "estruturas do sentir" produzidas pelo Estado moderno, especialmente durante o processo de nacionalização (civilização) das massas - pronto para recebê-lo. Por isso, o racismo não pode ser pensado como uma mera construção "fria", vinda de cima, como



uma "manipulação" de algum modo "externa" aos sujeitos interpelados. O racismo é cultura, para dizê-lo através do título de um famoso ensaio de Frantz Fanon. Assim, mesmo que o racismo deva ser visto como um dispositivo material de exploração, é preciso ter sempre em mente que a racialização das sociedades para Hall, não depende exclusivamente de fatores econômicos: os diferentes "regimes de representação" - os discursos veiculados pelos saberes, pela cultura popular, pelas indústrias culturais, pela mídia, etc. - têm um papel igualmente "ativo" e, como mostramos, "relativamente autônomo" em relação à esfera econômica (conferir HALL, 2012).

De acordo com as indicações gerais de Hall, uma prática teórica e política antirracista, realmente eficaz, deve primeiro "distanciar-se da representação fácil de uma estrutura comum e universal do racismo, como um fenômeno essencialmente imutável, independente e *externo* a qualquer sua localização histórica específica... e é exatamente porque os racismos têm - em suas diferenças - uma especificidade histórica, que seus diferentes tipos devem sempre ser entendidos como "produtos de relações históricas cuja plena validade... vigora apenas dentro dessas relações". Trata-se de aceitar, é claro, o que Anibal Quijano chamou de "colonialidade constitutiva do poder capitalista global" (QUIJANO, 2003), mas tentando compreender a articulação específica do racismo com as diferentes estruturas de cada formação social histórica, e sobretudo "sem concluir que o racismo deva necessariamente assumir uma única forma ou lógica, ou seguir um único percurso através de uma série pré-estabelecida de etapas históricas". Nesse mesmo aspecto, a abordagem de Hall pode ser considerada como um desenvolvimento das premissas de análise de Fanon, no já citado *Racismo e cultura* (1956).

Em segundo lugar, porém, um discurso antirracista eficaz não deve fechar-se de modo acrítico diante de movimentos e práticas de subjetivação centradas na reivindicação de uma singularidade "racial" histórica, tanto nas modalidades particulares da própria exploração, quanto nas formas mais gerais de sua inclusão/exclusão nos dispositivos da economia capitalista moderna. A descentralização e a decolonização do antirracismo europeu passam também, necessariamente, pela seguinte questão: por que uma parte da esquerda radical europeia parece tão reticente em assumir a raça como um elemento de subjetivação? Se aceitarmos a conhecida proposição de Hall, segundo a qual, em certos contextos *coloniais* e *pós-coloniais*, a "raça" muitas vezes passou a ser constituída também como a modalidade pela qual a "classe" é vivida, é claro que a racialização do

pertencimento à classe (ou vice-versa, o devir classe da raça) pode emergir como mais uma das "formas pelas quais a luta entre classes se manifesta". Em outras palavras, segundo Hall, a mesma interpelação racista pode se tornar um importante local de luta e, conseqüentemente, dar lugar não apenas a culturas antirracistas universalistas e cosmopolitas, mas também a movimentos mestiços de resistência, realmente formidáveis. É também o que nos dizem as revoltas e as lutas antirracistas que caracterizaram boa parte das últimas décadas na própria Grã-Bretanha (conferir GILROY 1987, 2010). No raciocínio de Hall, portanto, a suposição da raça como um dispositivo-chave da exploração capitalista não significa automaticamente a mera reivindicação de "absolutismos étnico-culturais", mas sim um veículo que é tão necessário quanto poderoso para a recomposição política e, por isso, de superação/derrubada da mesma fragmentação/hierarquização racista da humanidade.

Assim, o presente artigo pretendeu-se uma análise da reflexão geral de Hall sobre raça e racismo aberta em "Raça e articulação". Se *A importância de Gramsci para o estudo da etnicidade e do racismo* (1986) pode ser considerada como o ponto de chegada de sua reflexão teórica sobre a articulação "racial" do modo de produção capitalista em nível global, ou seja, de sua crítica à aquelas perspectivas marxistas eurocêntricas que veem a lei do valor como um instrumento de homogeneização da força de trabalho global, *Identidade cultural e diáspora* (1990) e *A Arte da Black Diáspora no Reino Unido* (2006), também devem ser lidas como duas tentativas diferentes de compreensão das modalidades pelas quais a apropriação do discurso da raça pelas culturas negras diaspóricas (do Caribe à Grã-Bretanha pós-colonial) deu lugar à produção de culturas expressivas e de subjetividades políticas antirracistas, mestiças e cosmopolitas. Nesses dois últimos ensaios, o interesse de Hall se focaliza sobretudo no potencial político das culturas expressivas tradicionais da "Black Diáspora". A linguagem do marxismo gramsciano-althusseriano dá lugar aqui, progressivamente, à "langue" típica do pós-estruturalismo, mas não é uma passagem determinada pelas "modas acadêmicas". Pelo contrário, é bastante evidente que a "problemática" de Hall (no sentido althusseriano do termo) sobre a produtividade *dúplice* da raça (dispositivo de sujeição, prática de subjetivação) na produção do sujeito moderno, encontrou justamente na "política do pós-estruturalismo", sua mais legítima expressão e tradução.



Esse deslocamento de seu interesse para a dimensão mais subjetiva, existencial e psicanalítica da raça, ou seja, para a produtividade cultural e contra cultural do dispositivo racial, não deveria ser entendido como um simples abandono (ou negação) do racismo como sistema de exploração essencialmente *material* e de classe. Como antecipamos, na perspectiva de Hall, uma compreensão politicamente eficaz de raça e racismo deve ser capaz de se mover em ambas as dimensões do fenômeno, ou seja, tanto em seu nível social/material quanto naquele psicológico/subjetivo. É isso que ele nos lembra em uma outra de suas famosas análises do racismo, *The After-Life of Frantz Fanon* (1996): "aquelas relações de racismo que não levaram em conta seus efeitos sobre os mecanismos inconscientes e a paisagem interna das subjetividades, serão capazes de contar, no máximo, apenas metade da história" (HALL, 1996, p. 17). Esse é outro modo de dizer que o racismo diz respeito a todos e não apenas aos sujeitos "racializados", pois a racialização é um sistema complexo de distribuição de hierarquias e privilégios, simbólicos e materiais, que atinge todo o tecido social. Acreditamos que uma decolonização mais radical do antirracismo europeu deva passar necessariamente *também* pelo acolhimento desse pressuposto. Em linhas gerais, portanto, esses escritos de Hall podem ser indagados como parte de uma "genealogia pós-colonial" da Europa e de sua crise atual: aqui reside boa parte de sua contribuição para a produção de uma prática política e teórica antirracista mais eficaz.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, M. **The New Jim Crow**: Mass Incarceration on the Age of Colourblindness, New York, The New Press, 2012.

ANDERSON, KB. **Marx at the Margins**: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies, University of Chicago Press, London, 2010.

BROWN, W. "Neoliberalism and the End of Liberalism Democracy" in **Theory and Event**, 7.1, pp, 1-25, 2003.

JAMES, C.L.R. **I giacobini neri**. Roma: DeriveApprodi, 2006.

ROBINSON. C. **Black Marxism**: The Making of the Black Radical Tradition, University of North Carolina Press, 1983.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde. Essais sur la société néolibérale, La découverte*, Paris; trad. it. *La nuova ragione del mondo. Critica della razionalità neoliberalista*, DeriveApprodi, Roma, 2009.

CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe*, trad. it. *Provincializzare l'Europa*, Meltemi, Roma, 2001.

CHATTERJEE, P. *The Politics of the Governed*, Columbia University Press, New York; trad. it. *Oltre la cittadinanza*, Meltemi, Roma, 2004.

DU BOIS, W. *Oltre la linea del colore*, a cura di Sandro Mezzadra, il Mulino, Bologna, 2010.

FANON, F. (1952) *Peau noire masques blancs*, Paris, Seuil; trad.it *Pelle nera. Maschere bianche*, Marco Tropea, Milano 1996, [1952].

FANON, F. *Racisme et culture*, in Id., *Pour la révolution africaine*, François Maspero, Paris, 1964; trad. it *Razzismo e cultura*, in *Per la rivoluzione africana*, a cura di Miguel Mellino, DeriveApprodi, Roma 2006, pp. 44-55, 1956.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*, Seuil, Paris; trad. it. *Nascita della biopolitica*, Feltrinelli, Milano 2008.2005

FANON, F. *Les damnés de la terre*, Seuil, Paris; trad. it. *I dannati della terra*, Comunità, Torino 1961.

GIKANDI, Simon. **Maps of Englishness: Writing Identity in the Culture of Colonialism**, Columbia University Press, 1996.

GILROY, P. *Darker than Blue. On the Moral Economy of Black Atlantic Economies*, 2010.

HALL, Encoding and Decoding, in Hall et al (a cura di), *Culture, Media and Language*, London, Taylor and Francis, 1980, pp.11-23; *Codifica e decodifica nel discorso televisivo*, in *Il soggetto e la differenza*, op.cit, pp. 33-50, 1985.

HALL, S. *The After-Life of Frantz Fanon*, in A. Raed, *The Fact of Blackness*, ICA Books, London, pp. 14-39 1996.

HALL, S. *The Spectacle of the Other*, in S. Hall, J. Evans, S. Nixon (a cura di), *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*, Sage, London, 2012.

HALL, S., CRITCHER, C. JEFFERSON, T., CLARKE, J., ROBERTS, B. (org.) **Policing the Crisis: "Mugging", the State and Law and Order**, Macmillan, London, 1978.

HALL, S. *Race, Articulation and Societies Structured in Dominance*, in UNESCO, *Sociological Theories: Race and Colonialism*, UNESCO, Paris , pp. 305-345; trad. it. *Razza, articolazione e società strutturate a dominante*, in questo volume, 1980.

HALL, S; JEFFERSON, T. *Resistance Through Rituals*, Routledge, London. 1976



HARVEY, D. *Neoliberalism: A Brief History*, Oxford, Oxford University Press, tra.it Breve storia del neoliberalismo, il Saggiatore, Milano 2005.

JENSEN, L. **Beyond Britain: Stuart Hall and the Postcolonializing of Anglophone Cultural Studies**, Rowman and Littlefield, London, 2014.

LACLAU, E. *Politics and Ideology in Marxist Theory*, New Left Books, London, 1977.

LACLAU, E. ; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, Verso, London, 1985.

SMITH, A.M. **Laclau and Mouff.** *The Radical Democracy Imaginary*, Routledge, London, 1998.

MEZZADRA, S. *Bringing Capital Back in: a materialist turn in Postcolonial studies?*, in "InterAsia Cultural Studies", 12, 1, pp. 154-164, 2011.

MEZZADRA, S. *Nei cantieri marxiani, manifestolibri*, Roma, 2014.

MOUFFE, C. *Sul politico. Democrazia e rappresentazione dei conflitti*, Mondadori, Milano, 2005.

]ONG, A. *Neoliberalism as Exception*, Routledge, London; trad. it. *Neoliberalismo come eccezione*, La Casa Usher, Firenze, 2005.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina*, in E. Lander (a cura di), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Clacso, Buenos Aires, 2003.

ROEDIGER, D. *How Race Survived US History: From the Settlement and Slavery to the Obama Phenomenon*, Verso, London, 2010.

YOUNG, R. *White Mythologies. Writing History and the West*, Routledge, London; trad. it. *Mitologie bianche. Scrivere la storia e l'occidente*, Meltemi, Roma, 1990.